

SABERES SITUADOS

Diálogos entre patrimônio biocultural, insurgências epistêmicas e questões climáticas

SITUATED KNOWLEDGE
Dialogues between biocultural heritage, epistemic
insurgencies and climate issues

**Marina Lages Gonçalves Teixeira¹,
Gabriela Delisangela Andrade² e
Kamyla Jannine Costa Barros³**

Resumo

Este artigo discute as relações entre mudanças climáticas, patrimônio biocultural e epistemologias indígenas e quilombolas, propondo uma leitura crítica das desigualdades com as quais atravessam a crise climática. A partir de uma abordagem interdisciplinar e do diálogo com autores como Ailton Krenak e Nêgo Bispo, o texto analisa como os saberes tradicionais vêm sendo sistematicamente desconsiderados nas respostas globais à emergência climática. Como exemplo empírico, traz o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, reconhecido pelo IPHAN como patrimônio cultural, para refletir sobre sua relevância como estratégia de adaptação frente às incertezas climáticas. O artigo mobiliza discussões que se propõem contra coloniais e relatórios nacionais e internacionais, a exemplo do Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), para tensionar a ideia de desenvolvimento sustentável e destacar o papel dos povos originários na construção de outras formas de habitar a Terra.

Palavras-chave: mudanças climáticas; patrimônio biocultural; epistemologias indígenas; antropoceno; adaptação climática.

Abstract

This article explores the intersections between climate change, biocultural heritage, and Indigenous and quilombola epistemologies, offering a critical reading of the inequalities that shape their experience of the climate crisis. Through an interdisciplinary approach and in dialogue with authors such as Ailton Krenak and Nêgo Bispo, the text analyses how traditional knowledge systems have been systematically disregarded in global responses to the climate emergency. As an empirical example, it examines the Traditional Agricultural System of the Rio Negro, recognized by IPHAN as cultural heritage, to reflect on its significance as an adaptive strategy in the face of climatic uncertainties. The article engages with counter-colonial debates and national and international reports, such as those by the Intergovernmental Panel on Climate Change

(IPCC), to challenge the notion of sustainable development and highlight the role of Indigenous peoples in envisioning alternative ways of inhabiting the Earth.

Keywords: climate change; biocultural heritage; Indigenous epistemologies; Anthropocene; climate adaptation.

Introdução

Este artigo propõe uma abordagem multi e interdisciplinar para dialogar sobre patrimônio cultural, em particular o biocultural, insurgências epistêmicas no contexto do antropoceno e mudanças climáticas, a partir do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural brasileiro. Com base no do Relatório do IPCC⁴ de 2023 (da sigla em inglês para *Intergovernmental Panel on Climate Change*) e das reflexões de Ailton Krenak (2019) e Nêgo Bispo (2023), propõe-se refletir sobre os conhecimentos tradicionais como facilitadores de estratégias pela resiliência.

É sabido que as mudanças climáticas estão cada vez mais evidentes e constantes. Agências internacionais de estudo e acompanhamento a eventos climáticos vêm destacando que a quantidade de desastres no planeta tem aumentado em consequência da intensificação de eventos hidrometeorológicos e climáticos em diversas regiões (Global Climate Change, 2023; *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*, 2023), ou por causa do aumento do número de pessoas que vivem em áreas de risco (Marengo, 2024). Contudo, Pörtner *et al.* (2022) afirmam que os eventos climáticos atingem as pessoas e os sistemas mais vulneráveis de forma desproporcional. O aumento da frequência e intensidade das alterações climáticas diminuíram a segurança alimentar e hídrica, complexificando os esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para introduzir e discutir o tema das mudanças climáticas alguns documentos são indispensáveis. Um deles, e talvez o mais relevante, trata-se do relatório bianual do IPCC criado pela ONU Meio Ambiente e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), instituído em 1988 com o intuito de fornecer avaliações científicas com regularidade, além de propor ações de adaptação e mitigação. Hoje o Brasil compõe o IPCC, juntamente com mais de 190 países (MTIC, 2025). É importante ressaltar que “o IPCC determina o estado do conhecimento sobre a mudança do clima” e as “avaliações constituem insumos fundamentais para as negociações internacionais que visam o enfrentamento das mudanças do clima” (MCTIC, 2025).

Além das estratégias de mitigação e adaptação, é essencial promover uma cultura do risco⁵, que reconheça e incorpore esses desafios na gestão territorial, nas políticas ambientais, culturais e nas práticas sociais. E, para esse contexto, também se faz necessário o diálogo com os povos originários, aqui traremos algumas das discussões de Ailton Krenak que repassa o conhecimento do seu povo Krenak, habitantes das margens do Rio Doce.

1 Pesquisadora de Pós-doutorado no IAU USP, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (IAU.USP/2024), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo mesmo programa (IAU.USP/2019) e Arquiteta e Urbanista pelo Departamento de Construção Civil e Arquitetura (UFPI/2014).

2 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (IAU.USP) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP/2022).

3 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (IAU.USP), mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo mesmo programa (IAU.USP/2022) e Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL/2018).

4 O Relatório Síntese enfatiza os riscos de curto prazo e as opções para lidar com eles, buscando fornecer aos formuladores de políticas uma noção da urgência necessária para tratar da mudança global do clima (IPCC, 2023).

5 O termo refere-se à internalização social dos riscos produzidos pela própria modernidade — como desastres ambientais, colapsos econômicos ou ameaças tecnocientíficas — que passam a fazer parte da vida cotidiana e das estruturas de decisão. Ver: BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

O campo do patrimônio é eminentemente político, constantemente em disputa (Meneses, 2012), e “as interfaces entre natureza e cultura, materializadas ou imaterializadas pelo patrimônio, estão intimamente ligadas a nossos projetos e nossas ações políticas” (Espejel; Carvalho, 2021, tradução nossa). No Brasil, quando analisamos as definições de patrimônio nacional, encontramos diferentes tipologias que variam dentro da categoria de patrimônio cultural: material, arqueológico, imaterial e, desde 2009, ainda que timidamente, patrimônio natural. O reconhecimento do centro histórico de Iguape – SP como sítio patrimonial e sua inclusão na lista do IPHAN trouxe como renovação ‘a inclusão do patrimônio natural como parte integral dos bens construídos’. Mas tendo em conta, apesar do reconhecimento aberto do patrimônio natural, as interações entre as díades clássicas entre a natureza e a cultura, a pauta para o listado estava relacionada com bens construídos (Espejel; Carvalho, 2021). Para Ulpiano Bezerra de Meneses, a consideração dos sistemas agrícolas tradicionais é capaz de “[...] articular organicamente facetas à primeira vista tão alheias à cultura, quando ela é equivocadamente entendida como uma gaveta à parte” (Meneses, 2012).

O conceito de patrimônio biocultural é recente, traz discussões que estão sendo construídas no México e que nos últimos quinze anos vêm sendo trazidas pelas organizações internacionais. A discussão acerca desse conceito traz como objetivo repensar as políticas, narrativas e ações acerca do mundo cultural e natural. É um debate conceitual, mas também lida com uma realidade: o risco dos patrimônios bioculturais, a segurança hídrica, a manutenção da diversidade e segurança alimentar, o direito dos povos indígenas⁶ e outras comunidades equiparáveis (Espejel; Carvalho, 2021). Discussão essa que parte dos teóricos mexicanos, mas que podemos transpor para o contexto brasileiro e estender para povos quilombolas, comunidades ribeirinhas e/ou rurais.

[...] o patrimônio biocultural é o conhecimento, inovações e práticas dos povos indígenas, que abarca desde os recursos genéticos que se desenvolvem até as paisagens que criam. Seus componentes operam indissociavelmente ligados à prática diária e a cosmovisão dos povos indígenas, e são mantidos através de gerações graças aos valores culturais e espirituais (IIED, 2017, s/p).

Conceito que hoje, no México, se refere “ao reconhecimento da complexa trama que se conformou ao longo do processo evolutivo, da diversidade cultural e linguística e a biodiversidade, e cuja mediação é realizada por atores sociais através da aplicação de conhecimentos, práticas, saberes e rituais sobre os múltiplos ecossistemas presentes” (Espejel; Carvalho, 2021). E no contexto do patrimônio cultural se faz urgente a discussão sobre as mudanças climáticas, e no âmbito do patrimônio biocultural é indissociável e a realidade de risco, incontestável. O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (IPCC, 2023) evidencia que o aquecimento global de mais de um grau Celsius, já desencadeia eventos extremos e impacta populações em todo o mundo.

O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (IPCC, 2023) evidencia que o aquecimento global de mais de um grau Celsius, já desencadeia eventos extremos e impacta populações em todo o mundo. Refletiremos sobre a abordagem que o IPCC e, portanto, a ONU e os especialistas em Mudanças Climáticas sobre os povos indígenas e seu patrimônio biocultural, que será nosso recorte. Nesse contexto, torna-se indispensável

6 O decreto federal 6.040 de 2007 determina Povos e Comunidades Tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

o diálogo com os povos originários, cujas epistemologias oferecem formas ampliadas de percepção e manejo do risco. A destruição causada pela mineração, para além de um desastre ambiental, constitui um rompimento ontológico, ético e civilizacional. Como afirma o IPCC (2023), “a vulnerabilidade humana e do ecossistema são interdependentes”, sendo fundamental reconhecer que os riscos climáticos afetam diretamente a continuidade dos modos de vida e o sentido de pertencimento desses povos.

O primeiro ponto do Relatório diz respeito sobre a vulnerabilidade humana perante as mudanças climáticas que acaba por impactar de forma mais drástica povos indígenas, pequenos produtores de alimentos e famílias de baixa renda. O que nos remete ao pensamento de Krenak (2019) que seu povo se entende enquanto parte da natureza, do cosmos: “eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (Krenak, 2019). O povo Krenak está localizado às margens do Rio Doce, em Minas Gerais, e o consideram um avô (*Watu*)⁷, uma pessoa integrante da família. Que com o crime ambiental das barragens mineradoras, além de riscar o Rio Doce do nome fantasia, a empresa Vale também riscou o território com a lama e os rejeitos (Wisnik, 2020). Para o IPCC (2023) “a perda dos ecossistemas e seus serviços têm impactos em cascata e a longo prazo [...] especialmente para os povos indígenas e comunidades locais que dependem diretamente dos ecossistemas para atender às necessidades básicas”.

O pensador piauiense e ativista quilombola Nêgo Bispo (*in memoriam*) tem uma visão similar à de Krenak e atribui à humanidade o que ele intitula de cosmofofia, o que podemos exemplificar como: “a humanidade está se distanciando do seu lugar” (Krenak, 2019). Para Bispo, o remédio para a cosmofofia é a contra colonização (Bispo dos Santos, 2023). A colonização, obviamente, é um tema caro para Krenak, o qual o pensador considera que havia um “chamado para o seio da civilização” e que este foi “justificado pela noção que existe um jeito de estar aqui na Terra” (Krenak, 2019). O IPCC registra como fator de exacerbação da vulnerabilidade “padrões históricos e contíguos de desigualdades, como o colonialismo” para povos indígenas e comunidades locais (IPCC, 2023).

Ainda para Krenak, esse modo “civilizado de estar na terra, construído desde a colonização, imprimiu na natureza/Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era” ao citar o conceito geo-histórico do Antropoceno. Para o autor, para além das marcas físicas é “o nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno” (Krenak, 2019). E dentro dessa realidade Bispo, dentro da visão quilombola vai defender a confluência de saberes (Bispo, 2023) e Krenak ecoa a ecologia dos saberes de Boaventura de Sousa Santos para, de alguma forma, resistir ao que ele se refere como “a falência de uma certa humanidade, uma ideia - um projeto (Krenak, 2019).

O relatório do IPCC segue nessa mesma linha e recomenda como estratégias de mitigação, entre outras, a adoção de políticas com base em diversos conhecimentos e valores culturais, a participação significativa e os processos de envolvimento inclusivos - incluindo o conhecimento indígena, conhecimentos locais e conhecimentos científicos - facilitam o desenvolvimento resiliente ao clima, desenvolvem capacidades e permitem soluções localmente adequadas e socialmente aceitáveis” (IPCC, 2023). A Carta do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas, elaborada pelo ICOMOS Brasil

7 Tem uma montanha rochosa na região onde o rio Doce foi atingido pela lama da mineração. A aldeia Krenak fica na margem esquerda do rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak e personalidade” (Krenak, 2019). “O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa” (Krenak, 2019).

(*International Council on Monuments and Sites*), ICOM Brasil (*International Council of Museums*) e Casa de Oswaldo Cruz entre outros representantes da sociedade civil organizadas, entendem como um princípio norteador a diversidade cultural e ecológica, juntamente com os conhecimentos tradicionais e ancestrais como pilares fundamentais para as estratégias de mitigação e adaptação (ICOMOS, 2025).

Apesar da urgência da necessidade de ações mitigadoras, algumas considerações precisam ser feitas: “as opções de mitigação possuem sinergias com outros aspectos do desenvolvimento sustentável” e como exemplos eficiência energética, energias renováveis, reflorestamento, produção de biomassa. Para Krenak, o discurso da sustentabilidade é um mito⁸ e o Relatório do IPCC é categórico: algumas dessas ações, como as duas últimas citadas “podem ter impacto socioeconômicos e ambientais diversos, inclusive na biodiversidade, segurança alimentar e hídrica, meios de subsistência locais e direitos dos povos indígenas, especialmente se implementadas em grande escala e onde a estrutura fundiária é insegura”. Como é no caso do Brasil, onde se torna impossível falar sobre patrimônio biocultural sem falar das questões agrárias (IPCC, 2023). De forma que a Carta do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas define como vulnerabilidades dos territórios nacionais a ausência de documentação fundiária, além da desinformação, ausência de políticas públicas e a exploração de riquezas minerais (ICOMOS, 2025).

Ainda no rol das estratégias mitigadoras elencadas pelo IPCC está a restauração do solo com potenciais “retornos economicamente positivos e co-benefícios para redução da pobreza e melhoria dos meios de subsistência” e menciona a “cooperação e a tomada de decisões inclusiva com os povos indígenas e comunidades locais”, além de enfatizar que para isso se faz necessário o reconhecimento dos direitos indígenas, os considerando inerentes e essenciais “para a adaptação e mitigação bem sucedidas em florestas e outros ecossistemas” (IPCC, 2023).

E esse é o ganho para tratarmos sobre um bem brasileiro, reconhecido sob a chancela de Patrimônio Cultural, o Sistema Agrícola do Alto e Médio Rio Negro, uma área que abrange três municípios do Amazonas (Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira). Praticado por diversos povos indígenas da região, esse sistema se baseia na diversidade de cultivos, na diversidade de espécies - sobretudo nas manivas (30 variedades) -, no manejo rotativo das áreas e no conhecimento detalhado dos ciclos naturais. Mais do que o controle e o repasse entre gerações de tecnologias agrícolas ancestrais, trata-se de um sistema complexo de conhecimento e produção, que promove segurança alimentar e a manutenção da biodiversidade (IPHAN, 2019).

E, pensando na riqueza e nos saberes que envolvem esse patrimônio, é necessário a conscientização da vulnerabilidade de um sistema agrícola, frente ao contexto do agronegócio, onde o risco da perda da diversidade biológica agrícola, a chamada erosão genética é iminente (IPHAN, 2019), onde as comunidades tradicionais enfrentam risco de “expulsão territorial, esgotamento ambiental e genocídio epistêmico (quebra de saberes e identidades)” (ICOMOS, 2025).

Frente a esses processos de perda, ou reconfiguração, é necessário reconhecer de maneira formal, o papel dos agricultores locais na seleção e manutenção in situ dos recursos fitogenéticos. A questão da suscetibilidade à perda de recursos torna-se ainda mais importante, e de interesse local e regional, no contexto das mudanças climáticas,

⁸ Para Krenak a sustentabilidade é um mito “inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza” (Krenak, 2019).

necessitando a manutenção de um amplo reservatório de diversidade genética para manter a adaptabilidade do sistema (IPHAN, 2019, p. 119).

É relevante mencionar que estamos falando de um patrimônio cultural que abrange tanto a imaterialidade - os saberes agrícolas, as tradições e rituais de plantio e as tradições culinárias -, quanto a materialidade: o agrossistema, as plantas cultivadas e os objetos associados (IPHAN, 2019). Esse patrimônio, termo que talvez soe melhor no plural, patrimônios: revela as mais de 30 espécies de manivas como elemento organizador das roças; uma cronologia que obedece a escalas espaciais, temporais e sociais; a junção de plantas de origem mítica, com remédios da roça e a introdução de espécies que revelam intercâmbio cultural ou relações sociais e/ou familiares (IPHAN, 2019).

As plantas cultivadas inserem-se em uma cronologia fundamentada sobre várias escalas espaciais, temporais e sociais, em que se mesclam plantas de origens míticas, plantas introduzidas e ligadas a contatos interculturais antigos ou recentes. Elas estruturam a organização espacial e temporal das roças e ordenam, no plano conceitual, relações com outros grupos de plantas cultivadas” (IPHAN, 2019, p. 109 e 110).

Além de assegurar a colheita ao longo de todo o ano, uma maior resistência a pragas e insetos, responde à necessária heterogeneidade necessária aos espaços cultivados e a circulação das espécies pelo território e, sobretudo: respondem às incertezas climáticas (IPHAN, 2019). O plantio baseado na variedade de espécies é considerado uma estratégia anti risco (IPHAN, 2019), além de figurar entre opções eficazes de adaptação pelo IPCC, que incluem melhorias nos cultivos, sistemas agroflorestais, adaptação baseada na comunidade, diversificação agrícola e paisagística [...]” (IPCC, 2023).

[...] uma questão crucial refere-se à continuidade dos saberes e práticas relacionadas aos artefatos empregados no processamento da mandioca. Nas comunidades indígenas acontecem rupturas no processo de transmissão dos saberes necessários à elaboração desses artefatos. Tal situação se deve à falta de interesse dos mais jovens em sua feitura e no processamento da mandioca como um todo. Esse é um dos fatores que já está ocasionando o retraimento do acervo de objetos, substituídos por elementos que têm uma funcionalidade prática equivalente. Nas comunidades indígenas do médio Rio Negro, embora com nuances, é perceptível o retraimento do acervo de objetos de produção artesanal (IPHAN, 2019, p. 119).

O registro e difusão dos patrimônios indígenas, que só começaram a ser oficializados a partir dos anos 2000 por parte do IPHAN, são o “o reconhecimento da existência de uma memória que, por séculos foi negada e obliterada da história do Brasil” (Artionka Capiberibe, 2021), e também demonstram que os povos indígenas atuais se alimentam de uma “resistência continuada” desde o período da colonização e “guardam a memória profunda da terra” (Krenak, 2019). Para ele, os perigos que hoje enfrentamos com as mudanças climáticas, os povos indígenas já enfrentam desde as invasões europeias. O que nos revela mais uma necessidade: uma aproximação com os pensadores e ativistas dos povos indígenas, como os citados aqui - Krenak e Capibaribe - bem como quilombolas - como Nêgo Bispo, para utilizar apenas os pensadores referenciados - que mantém a oralidade como marca e que nos últimos tempos têm sido divulgados por meio de livros, artigos, etc.

Para finalizar, entendemos o patrimônio biocultural para além de uma herança a ser registrada, mas como um repertório vivo de saberes e técnicas que podem contribuir significativamente como uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas. “Assim aqueles povos que fomos ensinados a ver como sobrevivências de nosso passado humano - povos forçados a ‘sobreviver’ no presente em meio às ruínas de seus mundos originários - se mostraram inesperadamente como imagens de nosso próprio futuro (Krenak, 2019).

Mudanças climáticas e comunidades indígenas

As comunidades indígenas representam cerca de 6,2% da população global e compõem em torno de 18,2% da população em situação de pobreza extrema no mundo (World Bank, 2025). Em função da exclusão e desigualdade, os povos indígenas propendem a ser mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e aos riscos de desastres socionaturais (Middleton *et al.*, 2020; World Bank, 2025). Além disso, as perdas inesperadas na produção e acesso aos alimentos, fizeram com que aumentasse a desnutrição em diversas comunidades, singularmente em povos indígenas, ribeirinhos amazônicos, entre outros (Marengo, 2024). Consequências como essas, reafirmam a necessidade de justiça climática⁹. Mesmo atingindo a todos, os impactos das mudanças climáticas são desproporcionais, visto que a população marginalizada em seus direitos socioeconômicos, políticos e culturais, acaba sendo mais afetada. Baniwa *et al.* (2023) reiteram que a crise climática tem levado a fuga das comunidades indígenas, desaparecimento de línguas e perda de território, resultando em uma perda de conhecimento incalculável. Povos indígenas das etnias Baniwa, Paiter-Suruí, Mundurucu e Kichwa relataram impactos acerca da redução da produtividade ecossistêmica decorrente das mudanças climáticas (Baniwa *et al.*, 2023).

Noal *et al.* (2024) informam que não há uma base de dados que informe a quantidade precisa e a dimensão de desastres que atingem territórios indígenas, quilombolas, entre outros povos originários e tradicionais no Brasil. Porém, pode-se considerar dados fornecidos pelo Sistema Integrado de Informação sobre Desastres (S2iD)¹⁰ do Governo Federal. De acordo com dados do IBGE (2022), os estados do Amazonas e da Bahia são os que concentram o maior número de indígenas: 490,9 mil e 229,1 mil, respectivamente; o que configura 42,51% da população indígena brasileira. Consultando ao S2iD, em 1 de agosto de 2025, o estado do Amazonas apresentava 40 reconhecimentos vigentes, indicando 37 casos de inundações. Já o estado da Bahia exibia 116 reconhecimentos vigentes, em 116 municípios reconhecidos, indicando 107 casos de estiagem (Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional, 2025).

As regiões Sul, Extremo Sul e Sudoeste do estado da Bahia foram atingidas por intensas inundações no período entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, as quais afetaram drasticamente povos indígenas das etnias Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá (Casa Civil, 2021). Essas inundações resultaram em prejuízos a plantações, edificações e estradas provocando a falta de alimentos e itens básicos para sobrevivência, constituindo impactos materiais, econômicos, territoriais e psicossociais (Fundação Oswaldo Cruz *et al.*, 2022).

Apesar de as comunidades indígenas constituírem uma parcela da população que

⁹ Justiça climática é o termo utilizado por movimentos socioambientais e pelo Ministério Público para se referir ao movimento global que busca uma divisão mais justa dos investimentos e das responsabilidades no combate à emergência climática (Marengo, 2024).

¹⁰ Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/#>, acesso em 01 de dezembro de 2025.

menos contribui com as mudanças climáticas e ao mesmo tempo ser uma das mais afetadas por eventos climáticos extremos, os povos indígenas possuem potencial para contribuir dentro das governanças e políticas públicas no que se refere à resiliência climática.

Com base em diversos conhecimentos e valores culturais, a participação significativa e os processos de envolvimento inclusivos - incluindo o Conhecimento Indígena, conhecimentos locais e conhecimentos científicos - facilitam o desenvolvimento resiliente ao clima, desenvolvem capacidades e permitem soluções localmente adequadas e socialmente aceitáveis (IPCC, 2023, p. 49).

Sendo assim, como mostra o IPCC (2023), os processos inclusivos envolvendo o conhecimento local e o conhecimento indígena aumentam as perspectivas de uma abordagem inclusiva e equitativa para integrar adaptação, mitigação e desenvolvimento para fazer avançar o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Antropoceno como marco político e ontológico

A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Porque, se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era (...) é por estarmos mais uma vez diante do dilema a que já aludi: excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver" (Krenak, 2019, p.47).

A noção de antropoceno tem sido amplamente debatida e ganhado notabilidade nos discursos acadêmicos e políticos. O conceito designa a era em que a ação humana passou a desempenhar um papel geológico irreversível, alterando os sistemas planetários de maneira significativa. O termo científico foi inicialmente proposto pelo ecólogo Eugene Storer e pelo químico atmosférico Paul Crutzen, com o intuito de nomear uma nova era geológica marcada pela centralidade da ação humana como força transformadora da Terra. A categoria procura nomear um tempo caracterizado por interferências irreversíveis, no clima, na biodiversidade, na composição da atmosfera e nas camadas geológicas mais profundas. Storer observou que, mesmo nos organismos microscópicos aquáticos que estudava, já era possível identificar vestígios de materiais industrializados, revelando a penetração dos resíduos antropogênicos em todos os níveis da biosfera (Marras; Tadei, 2022).

Em 2020, a quantidade de materiais artificiais presentes na superfície do planeta, em massa, ultrapassou a de toda a biosfera. Isso significa que há mais concreto, tijolos, asfalto, metais e agregados usados em construção civil do que tudo o que é vivo no planeta. A construção civil move mais sedimentos do que todas as bacias hidrográficas do mundo somadas. A quantidade de energia usada em atividades humanas atingiu a escala dos processos geológicos, como o movimento das placas tectônicas. (Zalasiewicz *et al.*, 2019, apud Marras, Tadei, 2022, p. 10).

Para além de um conceito adotado nas ciências naturais, o Antropoceno também se consolidou enquanto marcador civilizacional, sendo discutido nas ciências humanas e sociais enquanto um operador de reflexões e questionamentos. Essa perspectiva é a

que propomos incluir a este texto: a noção de antropoceno enquanto evidenciadora dos efeitos catastróficos de um modelo de desenvolvimento que se baseia na exploração intensiva da natureza e na negação das interdependências dos sistemas e da ecologia (Latour, 2020).

Nas ciências sociais, a crítica se estende direcionada ao sistema enquanto responsável, de forma a questionar que a categoria antropológica do termo antropoceno atribui de forma homogênea à humanidade a responsabilidade pelos impactos ambientais globais. Essa generalização coloca em pauta as assimetrias históricas, sociais, culturais e geopolíticas da produção da crise ecológica. Moore (2022) propõe o termo “Capitaloceno” para sublinhar que não se trata de uma ação da humanidade em abstrato e que essa responsabilidade não é homogênea, mas que deve ser atribuída ao modo de produção capitalista - o que situa histórica e racialmente o principal vetor de devastação ambiental.

No Brasil, o pensamento de Ailton Krenak oferece uma inflexão ontológica à crítica ao antropoceno. Em suas palavras: “Imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui” (Krenak, 2019). Esse trecho evidencia que para o autor a marca não é apenas física, mas resultante de uma separação ontológica entre a humanidade e a natureza, rompendo vínculos de pertencimento com a Terra, de forma a afirmar que “a humanidade está se distanciando do seu lugar” (Krenak, 2019). O mesmo autor ainda fricciona a questão de que os povos que verdadeiramente ainda mantêm essa relação com a natureza, são frequentemente relegados à uma condição sub-humana: “aqueles que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos” (Krenak, 2019).

A tal deslocamento ontológico, destaca-se a crítica epistêmica. O autor quilombola Nêgo Bispo, formula o conceito de “cosmofobia”, caracterizado como o medo e a recusa da relação com o cosmos, propondo que a contracolonialidade é uma prática que não se restringe a mitigação dos efeitos do colonialismo, mas extrapola para o rompimento com essas estruturas. “Ser decolonial é buscar mitigar o colonialismo, mas ainda carregando seus códigos” (Bispo, 2023). Bispo destaca a metáfora do burro, que é resistente ao adestramento, e aparece como símbolo do pensamento contracolonial, é aquele que se recusa a ser moldado pelos padrões da colonialidade.

Ampliando o campo das epistemologias, Santos (2009) cunha o conceito de epistemicídio enquanto descritor da distribuição sistemática dos saberes dos povos colonizados, resultado direto da imposição da racionalidade ocidental e eurocentrada. Discute-se que o pensamento moderno instituiu uma ‘linha abissal’ que “separa conhecimentos válidos daqueles considerados inexistentes” (Santos, 2009). Por essa perspectiva, a proposta de uma epistemologia dos saberes (ibidem) visa a superação dessa hierarquia, de forma a reconhecer a pluralidade epistêmica.

Esse debate é aprofundado pela crítica de que “a colonialidade do saber é a face epistêmica da colonialidade do poder” (Mignolo, 2008), ou seja, um mecanismo de manutenção do poder e da exploração. Para Mignolo, não é suficiente incluir outras vozes nos cânones epistemológicos dominantes, mas praticar uma “desobediência epistêmica”, “o reconhecimento de que a produção do conhecimento está geopolítica e corpo-politicamente localizada” (Mignolo, 2008). Tal postura recusa a subordinação dos saberes indígenas, africanos e populares às lógicas da modernidade ocidental. “O objetivo da desobediência epistêmica é deslegitimar o monopólio da razão ocidental e abrir espaço para outras cosmologias e epistemologias” (Mignolo, 2008).

O pensamento epistemológico anticolonial reivindica a coexistência de múltiplas formas de conhecimento em condições de dignidade. Tal relação entre o poder e o saber é também explorada pelo autor Aníbal Quinano, que estabelece “a colonialidade do poder implicou a colonialidade do saber: a imposição de um padrão de conhecimento ligado à racionalidade europeia ocidental como única forma válida de produção de conhecimento” (Quijano, 2005).

Esse mecanismo cognitivo resultou na marginalização de outras formas de saber e, ainda, na imposição de dualismos fundamentais à modernidade ocidental, gerando separações estruturais: “Com o controle eurocentrado do conhecimento, impôs-se a separação radical entre sujeito e objeto, entre natureza e cultura, entre o racional e o mítico” (Quijano, 2005). “Os quase-humanos são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida” (Krenak, 2019).

Dessa reflexão, retornamos a ideia de Antropoceno enquanto sintoma de um sistema civilizacional que tem como manutenção a desigualdade (inclusive epistemológica) e a destruição ecológica e, por esse motivo, entendido enquanto marcador político e ontológico. Desse cenário, destaca-se não apenas a crítica às categorias de progresso, mas impõe-se a necessidade do destaque e da inserção da escuta de cosmologias historicamente suprimidas às promessas e violências da modernidade ocidental e eurocentrada, mas que também representam a resistência e a alternativa de subversão. “Assim, aqueles povos que fomos ensinados a ver como sobrevivências de nosso passado humano — povos forçados a “subviver” no presente em meio às ruínas de seus mundos originários — se mostram inesperadamente como imagens de nosso próprio futuro” (Krenak, 2019).

Considerações

Diante da intensificação da crise climática e da fragilidade dos modelos globais de resposta, torna-se urgente deslocar o foco das soluções tecnológicas universais e reconhecer a centralidade dos saberes tradicionais na construção de alternativas. Este artigo não pretende encerrar as discussões acerca das insurgências epistêmicas, mas sim defender que os sistemas de conhecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais não devem ser vistos como heranças fixadas no passado, mas como patrimônios vivos que produzem práticas concretas de adaptação e resistência, que preservam a diversidade e integridade do patrimônio genético brasileiro (IPHAN, 2019).

A experiência do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN), reconhecido como patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN, é exemplar nessa perspectiva. Além de um modelo agrícola, o SAT-RN expressa uma racionalidade territorial complexa, cujo cultivo se articula com ciclos ecológicos, demonstrando relações de reciprocidade, trocas entre comunidades e a transmissão dos saberes ancestrais. Tais práticas funcionam como estratégias concretas de adaptação: o uso de roças de capoeira permite a regeneração florestal, a rotação das culturas preserva o solo, a diversificação das espécies garante resiliência ecológica. É um exemplo de ecologia que opera em profunda consonância com o território, desafiando de maneira direta os paradigmas extrativistas impulsores do colapso climático.

No entanto, a permanência de tal sistema depende de condições políticas e territoriais que seguem sendo histórica e sistematicamente ameaçadas, reforçando a riqueza e a vulnerabilidade desses modos de vida, e que enfrentam as ameaças e riscos de um processo contínuo de epistemicídio (Santos, 2009; ICOMOS, 2025), agravado pelas

mudanças climáticas, pela pressão do agronegócio e pelas estruturas coloniais que seguem operando na política e na ciência.

Por esse viés, a noção de Antropoceno enquanto marco ontológico significa questionar a separação moderna entre natureza e cultura, sujeito e objeto, e propor outras formas de ser-no-mundo. Diante dessa chave de leitura, é tensionada a dimensão política: as disputas por reconhecimento, poder e modos de vida. Nesse sentido, o Antropoceno é lido como marcador político porque deixa explícito os conflitos em torno de quem detém maior poder de influência e transformação (ou destruição) do planeta e quem sofre desproporcionalmente os efeitos consequentes. Tal construção teórica embasa a necessidade de insurgências epistemológicas - do rompimento da hegemonia de um modelo civilizatório e da inclusão de cosmologias historicamente silenciadas, enquanto formas legítimas e urgentes de habitar o mundo.

Este debate, convoca uma escuta ativa dos saberes até então colocados nas bordas do sistema-mundo, assumindo que estes oferecem alternativas éticas e práticas para a construção de futuros possíveis, enquanto imagens de potência para a reestruturação das formas de habitar o mundo, diante da anunciada falência da modernidade ocidental. A discussão sobre patrimônio, ainda mais contemplando a imaterialidade e os conhecimentos tradicionais, bem como as mudanças climáticas exigem a interdisciplinaridade dos campos de conhecimento. No presente artigo abordamos discussões acerca dos documentos internacionais que discutem as mudanças climáticas, valorizam os conhecimentos tradicionais, além das novas epistemologias e teóricos, como indígenas e quilombolas.

O reconhecimento e a valorização desses sistemas e saberes, vistos em conjunto como patrimônio biocultural, são uma importante contribuição como exemplos de novas formas de uso da terra, um repertório vivo de procedimentos, compreendidas como estratégias de adaptação às mudanças climáticas. No entanto, esses conhecimentos coexistem com suas condições intrínsecas de fragilidade, diante dos riscos históricos que ameaçam a sobrevivência e a permanência dos povos indígenas no Brasil, para além das mudanças climáticas. Soma-se a isso a vulnerabilidade relacionada à forma como são transmitidos e, portanto, preservados, por meio da memória oral, o que denota mais um risco intrínseco aos saberes ancestrais e reforça a necessidade de registro e difusão.

A virada epistêmica que se argumenta nesta discussão se reflete de forma prática na necessidade de que tal reconhecimento seja acompanhado por políticas efetivas de continuidade e transmissão de saberes, respeitando as formas de circulação, com a mediação das próprias comunidades, enquanto gesto de insurgência e pela re-existência. Frente ao esgotamento da racionalidade ocidental, é necessário recuperar, valorizar e escutar o que durante séculos foi colocado como conhecimento marginalizado, pois nele residem possibilidades reais de um futuro mais consistente.

As reflexões aqui apresentadas podem ser condensadas em três palavras-chave que orientam a urgência e a complexidade do debate: **conservação, subversão e reinvenção**. A conservação é o reconhecimento imprescindível dos saberes tradicionais como patrimônio vivo, base para a continuidade das práticas ancestrais e da diversidade biocultural. A subversão aponta para a necessidade de romper com a lógica colonial e patrimonialista que tenta aprisionar esses saberes em moldes estáticos, silenciando sua potência insurgente e política. Por fim, a reinvenção simboliza o movimento aberto de criação de futuros plurais, a emergência de cosmologias e modos de vida que desafiam as ordens estabelecidas e nos convidam a reimaginar a relação entre humanidade e natureza.

Referências

- BANIWA, A. et al. *Somos Amazônia: saberes, desafios e visão de futuro dos povos da floresta*. 2023. Disponível em: <<https://abori.com.br/artigos/somos-amazonia-saberes-desafios-e-visao-de-futuro-dos-povos-da-floresta/>>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer: práticas contracoloniais quilombolas*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- CAPIBERIBE, Artionka. Patrimônio Indígena. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Org.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.
- CASA CIVIL (BRASIL). (2021, Dezembro 30). *Governo Federal segue atuando para reduzir impactos das chuvas na Bahia*. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/dezembro/governo-federalsegue-atuando-para-reduzir-impactos-das-chuvas-na-bahia>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- ESPEJEL, Benjamin Ortiz; CARVALHO, Aline Vieira. Patrimônio biocultural: un saludo de México. *Revista Habitus* - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 19, n. 1, p. 122–128, 2021. DOI: 10.18224/hab.v19i1.9025.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DA BAHIA, E SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. (2022). *Recomendações em Saúde Mental e Atenção Psicossocial/Bem-Viver para Povos Indígenas Afetados pelas Inundações na Bahia*.
- GLOBAL CLIMATE CHANGE. *NASA Finds June 2023 Hottest on Record*. NASA. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/news/3276/nasa-finds-june-2023-hottest-on-record/>. Acesso em: 27 jul. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Conheça o Brasil População Indígena* [Internet]. 2025. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22326-indigenas-2.html>. Acesso: 28 jul. 2025.
- INTERNACIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). *Carta do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas*. Casa de Oswaldo Cruz, ICOMOS Brasil: 2025. Disponível em: https://www.coc.fiocruz.br/wp-content/uploads/2025/05/CARTA_DO_PATRIMONIO_CULTURAL_E_MUDANCAS_CLIMATICAS_REVISADA.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (IIED). *Patrimônio Biocultural*. IIED, 2017. Disponível em: <https://biocultural.iied.org/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC 2023). *Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese*. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Dossiê IPHAN 19: Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*. Brasília: IPHAN, 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_19__sistema_agricola__web__12jul19.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar?* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

MARENGO, Jose A. Impactos sociais dos eventos climáticos extremos. *Ciência e Cultura*, v. 76, n. 3, p. 01-08, 2024.

MARRAS, Sílvia; TADEI, Maria. Vestígios antropogênicos em organismos aquáticos: uma análise ecológica. *Revista Brasileira de Ecologia*, v. 18, n. 2, p. 45-59, 2022.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Sistema Nacional De Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 1., 2009. Anais. Brasília: IPHAN, 2012. v. 2, t. 1, p. 25-39.

MIDDLETON, Jacqueline et al. Indigenous mental health in a changing climate: a systematic scoping review of the global literature. *Environmental Research Letters*, v. 15, n. 5, p. 053001, 2020.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Dossiê: Literatura, língua e identidade. (*Artigo originalmente publicado na Revista Gragoatá*, n. 22, p. 11-41, 1º sem. 2007.).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (Brasil). *Sistema Integrado de Informações sobre Desastres*. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MTIC). *Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC*. Governo Federal, MTIC: 2025. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/ciencia_do_clima/painel_intergovernamental_sobre_mudanca_do_clima.html. Acesso em: 15 jul. 2025.

MOORE, Jason W. *Capitaloceno: A crítica do capitalismo e a crise ambiental*. São Paulo: Editora XYZ, 2022.

NOAL, Débora da Silva et al. Psicologias indígenas em desastres: construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 41, p. 1 – p. 14, 2024.

PÖRTNER, H. O.; ROBERTS, D. C.; TIGNOR, M.; POLOCZANSKA, E. S.; MINTENBECK, K.; ALEGRÍA, A.; CRAIG, M.; LANGSDORF, S.; LÖSCHKE, S.; MÖLLER, V. Climate Change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Disaster Risk Reduction*. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/disaster-risk-reduction>. Acesso em: 20 jul. 2025.

WISNIK, José Miguel. *Drummond e a máquina do mundo*. Youtube, 30 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b8cgFYw9J54>. Acesso em: 20 jul. 2025.

WORLD BANK. *Indigenous Peoples. Indigenous Peoples are culturally distinct societies and communities*. Although they make up approximately 6% of the global population, they account for about 19% of the extreme poor. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/indigenouspeoples#1>. Acesso em 7 abr. 2025.